



PODER / Horas após tomar posse como ministro da Justiça, Anderson Torres muda a direção-geral da corporação. O escolhido, Paulo Maiurino, será o terceiro a assumir o cargo em dois anos de governo. Instituição está no centro de controvérsia desde o ano passado

Nova troca no comando da PF

» RENATO SOUZA
» INGRID SOARES

No mesmo dia em que tomou posse como ministro da Justiça, Anderson Torres decidiu trocar o comando da Polícia Federal. Ele nomeou o delegado Paulo Maiurino como diretor-geral da corporação, no lugar de Rolando de Souza, que ficou menos de um ano no cargo — assumiu o posto após o ex-ministro Sergio Moro deixar o governo. A escolha agradou a setores internos da instituição, por ser considerado um nome técnico, com bom trânsito político, o que pode atrair recursos e apoio do Parlamento.

A troca no comando da PF foi autorizada pelo presidente Jair Bolsonaro e é escolha pessoal de Torres. A mudança não deixou de provocar críticas internas, por causa das constantes alterações de gestão — **Maiurino** será o terceiro chefe da corporação em pouco mais de dois anos de governo.

A direção da PF passou a ser o centro de uma controvérsia no começo do ano passado, quando Sergio Moro deixou o comando do Ministério da Justiça acusando Bolsonaro de tentar interferir politicamente na corporação. De acordo com declarações do ex-juiz, a intenção do presidente era proteger aliados de investigações. Numa reunião ministerial, em abril de 2020, o chefe do Executivo afirmou que ia “trocar o pessoal no Rio de Janeiro” antes que a família dele enfrentasse problemas. Depois da repercussão, disse que se referia ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que faz a segurança pessoal dele e dos filhos.

Um inquérito sobre as acusações de Moro foi aberto no Supremo Tribunal Federal (STF) a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). As diligências apuram se Bolsonaro, de fato, tentou interferir na atividade policial na Superintendência do Rio. O ex-ministro também é investigado no caso, por suposta falsa

Marcos Corrêa/PR



Na posse, Torres fez discurso alinhado a Bolsonaro e afirmou ser preciso “trazer de volta a economia deste país, colocar as pessoas para trabalhar”

Trabalho no STF

O delegado Paulo Maiurino atuou, no ano passado, como secretário de segurança do Supremo Tribunal Federal (STF), na gestão do então presidente da Corte, Dias Toffoli. Além disso, foi secretário de Esporte, Lazer e Juventude do governo de Geraldo Alckmin, em São Paulo. Também integrou o Conselho de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Em 2010, ele se formou no curso de Instrução do FBI, nos Estados Unidos.

comunicação de crime, também a pedido da PGR.

Moro pediu demissão do Ministério da Justiça após Bolsonaro retirar o delegado Maurício Vileixo do comando da PF. O presi-

dente indicou Alexandre Ramagem, atual diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) ao cargo. No entanto a posse foi vetada pelo STF. O chefe do Planalto, então, nomeou Rolando de Souza, em maio.

Torres também fez mudança na Polícia Rodoviária Federal (PRF). No cargo do diretor-geral Eduardo Aggio assume o inspetor Silvinei Vasques.

Mais cedo, Bolsonaro comentou que alterações ocorrem para adequar melhor o ministério. Ele agradeceu a Torres por ter aceitado o convite. “A gente sabe que você, todas as mudanças que efetuará no seu ministério, é para melhor adequá-lo ao objetivo que traçou. Você quer o Ministério da Justiça o mais focado possível para o bem de todos em nosso país”, ressaltou.

Alinhamento

Na posse, ontem, Torres fez um discurso alinhado ao que prega Bolsonaro, um crítico do lockdown, apesar da escalada de casos e mortes pela covid-19. O novo ministro enfatizou que é preciso “trazer de volta a economia deste país, colocar as pessoas para trabalhar”.

“Neste momento, a força da segurança pública tem de se fazer presente, garantindo a todos um ir e vir sereno e pacífico”, frisou. “Contem com o Ministério da Justiça e Segurança Pública para dar essa tranquilidade ao povo brasileiro. Estaremos lá, incansavelmente, não só correspondendo, mas superando expectativas.” (Colaborou Augusto Fernandes)

» [Leia mais sobre posse de ministros na página 3](#)



Neste momento, a força da segurança pública tem de se fazer presente, garantindo a todos um ir e vir sereno e pacífico”

Anderson Torres,
ministro da Justiça e
Segurança Pública

Justiça terá de explicar uso da LSN

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu cinco dias para o Ministério da Justiça explicar o uso da Lei de Segurança Nacional (LSN) contra críticos do presidente Jair Bolsonaro. Além da União, as Polícias Militares do Distrito Federal, de Minas Gerais e do Rio terão de prestar esclarecimentos.

As corporações participaram de atos considerados controversos. No DF, a PM prendeu manifestantes que portavam uma faixa crítica a Bolsonaro, comparando-o a autoridades nazistas. A LSN, criada na ditadura militar, define como crime ofender a honra dos presidentes da República, da Câmara, do STF e do Senado “imputando-lhes fato definido como crime ou fato ofensivo à reputação”.

Sob a gestão de André Mendonça no Ministério da Justiça, a lei foi usada para tentar censurar opositores de Bolsonaro, como o youtuber Felipe Neto, que teve uma investigação aberta contra ele por criticar o governo e chamar o presidente de “genocida”, devido à condução da pandemia. A investigação foi suspensa por determinação da Justiça.

Gilmar Mendes atendeu a um pedido da Defensoria Pública da União (DPU) e de advogados que pedem que a LSN deixe de ser usada para perseguir críticos do presidente.

A DPU pediu ao STF a concessão de salvo-conduto às pessoas que estiverem promovendo pacificamente manifestação de opinião política, impedindo quaisquer medidas de coerção fundamentadas na LSN. Também quer que a Corte determine às secretarias de segurança que orientem as polícias a não restringir, “de maneira alguma, a liberdade de mera manifestação da opinião política”.



Nas entrelinhas

por **Luiz Carlos Azedo**
luizazedo.df@dabr.com.br

Bolsonaro no vermelho

O presidente Jair Bolsonaro tenta se reposicionar no mercado. Quer reverter o grande desgaste que vem sofrendo com o agravamento da pandemia da covid-19 e busca se reaproximar dos grandes empresários do país, de quem sem afastou em decorrência do seu negacionismo em relação à crise sanitária. A pedalada fiscal desenhada no novo Orçamento da União, fruto de uma negociação entre o Palácio do Planalto e o Centrão, que guindou a Secretaria do Governo a ex-presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputada Flávia Arruda (PL-DF), também assistiu os investidores. Para o mercado, o governo está no vermelho.

Hoje à noite, Bolsonaro participará de um jantar organizada pelo ministro das Comunicações, Fábio Faria, com 20 grandes líderes empresariais, tendo por anfitrião o empresário Washington Cinel, do

no da Lide Segurança e magnata da terceirização, na antiga mansão de José Ermírio de Moraes, em São Paulo, arrematada em leilão por quase R\$ 40 milhões. Entre os participantes confirmados estão André Esteves (BTG), Alberto Leite (F5 Securities), Alberto Saraiva (Habib's), Candido Pinheiro (Hapvida), Carlos Sanchez (EMS), Claudio Lottenberg (Hospital Albert Einstein), Flavio Rocha (Guararapes), Luiz Carlos Trabuco (Bradesco), João Camargo (grupo Alpha de comunicação), João Carlos Saad (Band), José Roberto Maciel (SBT), Ricardo Faria (Granja Faria) e Tutinha Carvalho (Jovem Pan).

As recentes pesquisas assustaram os estrategistas do Palácio do Planalto. A divulgada pela XP/Ipspe, na segunda-feira, mostrou o saldo da troca de ministros do governo: cresceu a avaliação negativa (agora, 48%) e a positiva ficou abaixo dos 30 pontos (27%) pela primeira vez desde

“Pandemia e cenário econômico puxam avaliação do governo para baixo e assustam estrategistas do Palácio do Planalto, que também perde apoio do mercado”

julho do ano passado. Em janeiro, empata-ram as avaliações positivas e as negativas, ambas com 37%. A desaprovação chegou a 60%, enquanto a aprovação foi de 33%. Entretanto a troca de ministros da Saúde teve pequeno efeito positivo para o governo: a avaliação positiva (ótima/boa) foi de 18% para 21%, enquanto a negativa recuou de 61% a 58%.

A tentativa de reaproximação com o meio empresarial é fruto do cenário econômico, que continua puxando o governo para baixo: 65% afirmam que o governo está no “caminho errado”, enquanto 23% dizem estar no “caminho certo”. A avaliação negativa passou de 36% para 42%. A aposta do governo é o efeito do auxílio emergencial, que pode

ajudar a melhorar a imagem de Bolsonaro, uma vez que a medida é aprovada por 67% dos entrevistados e desaprovada por 29%, segundo a pesquisa. O problema de Bolsonaro é o modo de governar: 15% dos pesquisados querem que seja mantido, enquanto 27% dizem que precisa mudar alguma coisa e 53% condenam completamente o comportamento do presidente da República.

Esse cenário explica a guinada de Bolsonaro em relação às vacinas, que passou a ser o centro da atuação do governo, ainda mais porque a Fiocruz, por falta de insumos, ficou muito para trás na corrida com o Instituto Butantan, responsável pela produção de mais de 80% dos imunizantes aplicados no país. O agravamento

da pandemia, principalmente em São Paulo, não permitiu que isso alavanque nacionalmente o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), mas está evidente que a conta da crise sanitária caiu mesmo no colo de Bolsonaro. Essa vantagem estratégica de Doria dificilmente será revertida, a não ser que o presidente consiga importar vacinas. Não foi à toa que ligou para o presidente russo, Vladimir Putin, ontem, para acertar a compra do imunizante russo Sputnik V, que está sendo produzido no Brasil por laboratórios privados e exportado para a América Latina.

Bolsonaro aumentou seu controle sobre os órgãos de coerção do Estado. A posse dos seis novos ministros do governo foi realizada, ontem, em cerimônia discreta, sem a presença de convidados e da imprensa. O novo ministro da Justiça, Anderson Torres, trocou toda a cúpula policial: Rolando Souza foi substituído na Direção-Geral da Polícia Federal pelo delegado Paulo Maiurino; o novo chefe da Polícia Rodoviária Federal será o inspetor Silvinei Vasques, no lugar de Eduardo Aggio.